

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.103 - RS (2019/0265579-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : CLEUSA CITRINI VIEBRANTZ
ADVOGADO : LÚCIO FERNANDES FURTADO - RS065084
AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE/GT
AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARTICIPAÇÕES - CEEE-PAR
ADVOGADOS : RAFAEL FERNANDES ESTEVEZ - RS045863
DANIEL DA SILVA CAMPOS - RS076349
BARBARA CAROLINE ANTUNES DA SILVA - RS097113
JÚLIA ONGARATO DA SILVA MARIA - RS103416

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15 - **fls. 536-554 e-STJ**) interposto por CLEUSA CITRINI VIEBRANTZ contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.

O apelo extremo, a seu turno, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 402 e-STJ):

AÇÃO ORDINÁRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO. VIÚVA DE EX-SERVIDOR. AÇÃO DIRIGIDA CONTRA AS PATROCIONADORAS. PRELIMINAR CONTRARRECURSAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.

I. Quando o empregado se aposenta, cessa qualquer vínculo com a empresa empregadora, também chamada de patrocinadora, passando o aposentado a ter relação unicamente com a fundação responsável pelo pagamento dos valores referentes à previdência privada.

II. No caso concreto, tendo a ação sido ajuizada pela viúva de ex-servidor contra as empresas que sucederam a antiga empregadora do de cujus, e não contra a fundação responsável pelo pagamento da complementação de aposentadoria, impõe-se a extinção do processo, por ilegitimidade passiva, nos termos do art. 267, VI e § 3º, do CPC.

Matéria de ordem pública.

PRELIMINAR CONTRARRECURSAL ACOLHIDA.

PROCESSO JULGADO EXTINTO.

APELAÇÃO PREJUDICADA.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (fls. 422-427 e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 431-448 e-STJ), a recorrente aponta violação aos arts. 267, inc. VI, 458, 535, inc. II, do Código de Processo Civil de 1973, além de dissídio jurisprudencial, sob os seguintes argumentos, em síntese: a) a existência de omissão e negativa de prestação jurisdicional acerca da matéria suscitada nas razões dos embargos de declaração; e b) a legitimidade passiva da patrocinadora e a responsabilidade solidária das demandadas.

Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões às fls. 462-467 e-STJ.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade (fls. 476-485 e-STJ), o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, sob os seguintes fundamentos: (i) inexistência de violação aos arts. 458 e 535 do CPC/73, eis que suficiente a fundamentação do acórdão recorrido; e (ii) incidência do óbice da Súmula 83/STJ, eis que o entendimento do Tribunal de origem não destoa da jurisprudência do STJ, firmada no julgamento do REsp nº 1.370.191/RJ, sob a sistemática dos recursos repetitivos.

Em face desta decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial (fls. 536-554 e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 603-610 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O recurso não merece prosperar.

1. Com relação ao agravo em recurso especial de fls. 536-554 e-STJ, não se verifica ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC/73 (atuais 489 e 1.022 do CPC/15), quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018.

Alegou a parte recorrente que, em relação ao reconhecimento da ilegitimidade passiva das requeridas, o acórdão impugnado restou omissos acerca da matéria disposta no "parágrafo 4º, do art. 12, da Lei Estadual 4.136/61, que garante os direitos assegurados em virtude de lei posterior, o que inclui as Leis Estaduais 5.255/66 e 7.672/82 e ao art. 40, §§ 4º e 5º, da Constituição do Brasil (redação original) e o art. 20 da ADCT" (fls. 439 e-STJ).

No entanto, o Tribunal de origem, quando do julgamento dos embargos de declaração, se manifestou expressamente sobre a referida questão, consignando que (fls. 425 e-STJ):

A decisão colegiada enfrentou, fundamentadamente, a matéria devolvida pelo recurso, explicitando os motivos pelos quais a preliminar contrarrecursal de ilegitimidade passiva foi acolhida, extinguindo o processo, e ficando prejudicada a apelação.

Ficaram claras as razões pelas quais, quando o empregado se aposenta, cessa qualquer vínculo com a empresa empregadora, também chamada de patrocinadora, no caso, as rés, passando o aposentado a ter relação unicamente com a entidade responsável pelo pagamento dos valores referentes à previdência privada.

Ademais, o Órgão Colegiado não está obrigado a enfrentar expressamente, todos os dispositivos legais invocados, nem a aduzir comentários sobre a totalidade dos argumentos levantados pelas partes. O embargo de declaração somente devem ser acolhidos se existente contradição, omissão ou obscuridade na decisão, conforme preceitua o art. 535, I e II, do CPC, o que não ocorreu no caso concreto. Da mesma forma descabe em sede de

Superior Tribunal de Justiça

embargos declaratórios a reapreciação da matéria ou a rediscussão da prova, motivo pelo qual vão desacolhidos.

Como visto, a tese da insurgente foi apreciada pelo Tribunal *a quo*, ainda que em sentido contrário a sua pretensão recursal.

Não há que se falar, portanto, em qualquer vício, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejulgamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

2. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **nega-se provimento** ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator

